

A POTÊNCIA DE HISTÓRIAS DE VIDA DE MULHERES EM SITUAÇÕES DE APRISIONAMENTOS PARA A SUBVERSÃO DA COLONIALIDADE

SUELEN LEMONS CLASEN¹; MIRIAM CRISTIANE ALVES²

¹Universidade Federal de Pelotas – suelenlemonsc@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – oba.olorioba@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Mulheres aprisionadas. Mulheres encarceradas. Mulheres silenciadas. O sistema prisional brasileiro invisibiliza aquelas que nele estão. Este sistema silencia vozes, existências, subjetividades de mulheres negras, mulheres brancas, mulheres heterossexuais, mulheres homossexuais, mulheres trans, mulheres subalternizadas.

Para COSTA (2010), observar a categoria gênero dentro do projeto colonial faz com que seja possível desenvolver uma genealogia da formação e do modo de utilização das relações assimétricas de poderes estruturantes do sistema patriarcal/moderno/colonial. A autora ainda refere que quando se considera o gênero como estruturante e não apenas como subordinado ao projeto colonial é possível fazer uma história do patriarcado e mostrar como normatizações de gênero, de sexo e de raça estão imbricadas. Nesse sentido, a interseccionalidade é fundamental para o projeto feminista de decolonização do saber (COSTA, 2010).

A discussão sobre os direitos humanos nem sempre considerou as questões de gênero e raça como marcadores importantes. De acordo com CRENSHAW (2002) ativistas sociais de gênero e de raça vêm fazendo esforços para incluir esses marcadores em conferências mundiais dos direitos humanos. De acordo com a autora, as Convenções para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Mulheres realizadas em Viena e Beijing foram fundamentais para a ampliação dos direitos das mulheres e contra a discriminação de raça.

Para pensar novas formas de existência o projeto de decolonização do saber é fundamental e se mostra urgente. Tanto o movimento feminista, quanto o pós-colonial e decolonial possuem agendas em comum e, de acordo com ALMEIDA (2013, p. 690), “comungam de princípios e crenças que trazem a possibilidade latente de um profícuo diálogo entre esses campos de análise crítica”. Dentro dessa perspectiva, aqui se faz esse atravessamento dos estudos pós-coloniais e decoloniais, para visualizar possibilidades de uma prática feminista decolonial no sistema prisional.

As mulheres que vivenciam o sistema prisional têm suas trajetórias e histórias de vida constantemente esquecidas, desconsideradas, invisibilizadas nessa sociedade edificada por relações hierárquicas de gênero e raça, produzidas pela dominação e exploração patriarcal/moderna/colonial.

Mas afinal, que trajetórias e histórias de vida as mulheres em situações de aprisionamentos têm para contar? Que outros aprisionamentos foram vivenciados e subjetivados ao longo de suas vidas? Essas são algumas questões que nos implicam, subjetivam e impulsionam a escutar as trajetórias e histórias de vida dessas mulheres e, ao mesmo tempo, conta-las, visibiliza-las, partilha-las com a coletividade para que mais pessoas conheçam suas realidades.

O presente estudo integra uma das ações do Núcleo de Estudos e Pesquisas É'LÉÉKO – Uma Psicologia Política Decolonial, do curso da psicologia da Universidade Federal de Pelotas e tem como objetivos escutar, conhecer e visibilizar as trajetórias e histórias de vida de mulheres em situações de aprisionamentos problematizando a interseccionalidade entre gênero, sexualidade e raça no sistema prisional; e provocar a construção de estratégias de resistência e de subversão aos modos de existência impostos pela lógica hegemônica patriarcal/moderna/colonial.

2. METODOLOGIA

O referencial teórico-metodológico parte dos Estudos Decoloniais, do Feminismo Decolonial e do Abolicionismo Penal, cujas principais categorias de análise são: colonialidade do poder (QUIJANO, 2007), colonialidade do ser (MALDONADO-TORRES, 2007), colonialidade do gênero (LUGONES, 2008), abolição de penas e alternativas à justiça criminal (PASSETI, 2012).

Como estratégia metodológica serão utilizadas a autoetnografia (SCRIBANO & SENA, 2009) e o co-labor (XOCHITL & SPEED, 2008; DOMÍNGUEZ, 2012), de modo que o estudo seja construído em conjunto com as mulheres em situações de aprisionamentos. Ou seja, o estudo pressupõe a participação e o protagonismo dessas mulheres na construção do conhecimento.

O estudo está organizado em três etapas: 1) revisão teórica; 2) imersão no campo, no presídio regional da cidade de Pelotas/RS, onde existe uma ala para mulheres; 3) rodas de conversas com as mulheres em situações de aprisionamentos para dialogar sobre suas trajetórias e histórias de vida, construir um planejamento em co-labor para o desenvolvimento do estudo e produzir estratégias que visibilize suas histórias. A seguir, serão apresentadas algumas problematizações e discussões realizadas a partir da revisão teórica.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa se encontra na sua primeira etapa, onde uma revisão bibliográfica é realizada referente aos principais conceitos que atravessam o estudo relacionado ao feminismo decolonial e abolicionismo penal.

A inserção do feminismo nos estudos pós-coloniais é complexa, conforme afirma ALMEIDA (2013, p.690). No campo dos estudos culturais, o feminismo também teve dificuldades de inserção, mas aos poucos vem ganhando seu espaço e contribuindo para as críticas e mudança no paradigma cultural. A perspectiva de crítica trazida pelo movimento feminista tem contribuído com os outros campos dos saberes. Conforme afirma ALMEIDA (2013, p. 691), “apossando-se do fazer crítico como forma de desestabilizar o poder instituído e de refletir sobre questões de poder, vitimização e agenciamento”.

O feminismo aliado aos estudos pós-coloniais e decoloniais consegue propor uma agenda múltipla, onde as diversas identidades de mulheres são bases para uma construção interseccional.

CRENSHAW (2002) define interseccionalidade como uma tentativa de identificar diversos eixos de subordinação, em suas consequências na estrutura e em suas interações. O conceito de interseccionalidade demonstra como os sistemas de opressões forjam as desigualdades entre determinados grupos. Considerando a interseccionalidade é possível observar as sobreposições de opressões que o sistema patriarcal/moderno/colonial impõe e como esses marcadores produzem vulnerabilidades e invisibilizações.

Dentro desta lógica, todas as mulheres são contempladas e não mais somente as mulheres brancas burguesas. Com isso o movimento ganha força e se torna plural, onde cada mulher dentro de sua perspectiva tem seu lugar de fala.

ALMEIDA (2013, p. 692) ao se referir à crítica feita ao feminismo burguês por seu “brankeamento e seu ocidentalismo”, corrobora a necessidade de decolonizar a categorias gênero, como referem LUGONES (2008) e ESPINOSA-MIÑOSO (2012). Afinal, os conceitos de raça e gênero são “ficções poderosas”, agindo sempre para preservar os papéis determinados historicamente para essas categorias (ALMEIDA, 2013, p. 697).

Observar raça e gênero como ficções poderosas faz com que se possa problematizar o quanto essas categorias servem como base para dominação e determinação de papéis construídos historicamente na sociedade. Além disso, é preciso ir mais profundamente e se questionar para quem serve essas ficções, para quais sistemas elas são benéficas.

Deste modo, para pensarmos em processos de mudança necessitamos decolonizar conceitos e práticas, de modo que as/os sujeitas/os invisibilizadas/os na história, subalternizadas/os pelas práticas de saber e poder coloniais sejam protagonistas de seus processos libertários.

O abolicionismo penal, por exemplo, é a liberdade na prática, que se propõe a pensar a conciliação ao invés de práticas punitivas (PASSETI, 2012). Para o autor, a conciliação se direciona para a situação-problema, observando como uma situação singular e buscando resolver os impasses gerados por cada situação. Essa perspectiva busca problematizar o autoritarismo e a lógica punitivista imposta na sociedade ocidental.

Por mais ampliações que o sistema prisional sofra, PASSETI (2012) considera que ele não abarca todas as infrações à lei cometidas, existindo assim uma seletividade direcionada principalmente para as infrações aos direitos de propriedade, elemento relacionado diretamente ao capitalismo. De acordo com o autor, a seletividade do sistema carcerário se relaciona com os sistemas de privilégios, reforçando as discriminações das populações mais vulneráveis.

Considerando a seletividade citada por PASSETI (2012) é possível se pensar a interseccionalidade gênero/raça/sexualidade no sistema patriarcal/moderno/colonial e como estes elementos se relacionam invisibilizando as mulheres em situações de aprisionamentos. A discussão problematiza esses conceitos e busca evidenciar como o aprisionamento feminino silencia as mulheres e suas trajetórias e histórias de vidas. Nessa perspectiva, buscamos em estratégias outras, que resistam e subvertam a lógica imposta pelo sistema prisional.

4. CONCLUSÕES

O sistema prisional violenta as mulheres em situações de aprisionamentos quando as invisibiliza e as torna números dessubjetivados, quando não considera suas construções subjetivas e existenciais.

Relacionar as colonialidades do poder, do ser e do gênero com o abolicionismo penal, nos permite problematizar o processo contínuo de dominação e exploração patriarcal/moderno/colonial presente no sistema prisional, bem como pensar possibilidades outras de resistência aos silenciamentos das mulheres em situações de aprisionamentos.

Nesse sentido, o estudo tem a potencialidade de visibilizar histórias, existências, subjetividades silenciadas; quebrar paradigmas relacionados aos estereótipos de gênero, sexualidade e raça no contexto do sistema prisional,

subvertendo a lógica hegemônica que impõe modos de existência às mulheres; e provocar alguns desafios epistêmicos para a investigação em psicologia.

Afinal, é preciso questionar que sistema é esse que se diz justo, porém serve aos privilégios de uma pequena parte da sociedade. Que mulheres são essas que estão aprisionadas? É preciso pensar em práticas que subvertam e decolonizem esse sistema.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, S. R. G. Intervenções feministas: pós-colonialismo, poder e subalternidade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(2): 336, maio-agosto/2013.
- COSTA, C. de L. Feminismo, tradução cultural e a descolonização do saber. **Fragmentos: Revista de Língua e Literatura Estrangeiras**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 045-059, jun. 2010.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas, Florianópolis**, v. 10, n. 1, p. 171-188, Jan. 2002.
- DOMÍNGUEZ, M. N. C. Nuestra experiencia en la investigación descolonizada activista de co-labor: la forma de proceder en lo concreto. Seminario (Virtual) Internacional "Creación de Prácticas de Conocimiento desde el Género, los Movimientos y las Redes", 2012.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 1995, pp.7-41.
- LUGONES, M. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa** [en linea], Bogotá-Colombia, n.9, p.73-101, jul.-dez. 2008.
- _____. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014.
- MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S. et al (Orgs.), **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, Cap. 6, p. 127-168, 2007.
- PASSETI, E. **Curso libre de abolicionismo penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (Orgs.), **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. Cap. 5, p.93-126.
- SCRIBANO, A. y SENA, A. Construcción de Conocimiento en Latinoamérica: Algunas reflexiones desde la auto-etnografía como estrategia de investigación, **Cinta Moebio** 34:1-15, 2009.
- SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- XOCHITL, L. y SPEED, S. "Hacia la investigación descolonizada: nuestra experiencia de co-labor" en Xochitl Leyva, Araceli Burguete y Shannon Speed (Coordinadoras) **Gobernar (en) la diversidad: experiencias indígenas desde América Latina. Hacia la investigación de colabor**. México D.F., CIESAS, FLACSO Ecuador y FLACSO Guatemala, pp. 34-59, 2008.